

## MARXISMO E EDUCAÇÃO

Carla Roseane de Sales Camargo

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo apresentar alguns limites e possibilidades da educação na atualidade a partir das contribuições de autores como Mészáros (2005) e Tonet (2005), os quais a partir das ideias de Marx, visam contribuir para a construção de uma educação emancipadora. Desse modo, serão apresentados e debatidos alguns requisitos essenciais para o desenvolvimento de atividades educativas de caráter emancipador que contribuam para que a classe trabalhadora e integrantes de outras classes tenham acesso ao que existe de mais elevado no patrimônio acumulado pela humanidade. Para tanto, o presente artigo utilizou-se de pesquisa bibliográfica em fontes como: artigos, livros e sites. No entanto, após a pesquisa, pudemos perceber que na forma capitalista de sociabilidade, a educação escolar não transformará a sociedade, porém, formará os indivíduos, os quais deverão se organizar para transformar a sociedade, tornando-a verdadeiramente emancipada, justa e democrática.

Palavras-chave: Educação emancipadora. Marxismo. Limites e possibilidades da educação.

### Introdução

Marxismo não é dogma, nem cartilha, nem escritura sagrada. É uma nova concepção de mundo, que parte de determinados fundamentos filosóficos, abstraídos do processo real e não meramente produzidos pela subjetividade, e que, com base nestes fundamentos, permite abordar qualquer fenômeno social, sempre aberto à busca de sua específica concretude. Nenhum dogma e nenhuma cartilha permitem fazer isso (TONET, 2014, p. 22).

O marxismo pode ser compreendido como uma filosofia — no sentido clássico do termo —, isto é, como um sistema geral do Ser, do Devir e do Conhecimento. [...] No centro desse sistema, haverá o materialismo dialético — teoria das idéias da natureza e da sociedade —, o materialismo histórico — aplicação dessas leis à história...” (ABBAGNANO, 2000, p. 239).

Para Jack Goody (2000, p.42) “[...] as ciências sociais ganharam com o marxismo uma dimensão histórica, uma teoria sobre o desenvolvimento social que, apesar de poder ser vista hoje como grosseira e inadequada, teve e tem o seu valor.”

A tese fundamental é que o modo de produção da vida material condiciona o processo social, político e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a sua existência, mas, pelo contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. Ao contrário de Hegel, Marx rejeitou toda a filosofia da história identificada como uma teologia. No *Manifesto* (1848) postulam (Marx e Engels) que a história de todas as sociedades é a história da luta de classes. (LE GOFF, 1995, p. 95).

Para Marx, a luta de classes assemelhava-se a uma fórmula capaz de desvendar todos os segredos da história, exatamente como a lei da gravidade parecera desvendar todos os segredos na natureza. (LE GOFF, 1995, p.98).

Pode-se falar de dois tipos de influência ou impacto dos marxismos sobre a história: enquanto uma ciência da sociedade e enquanto uma filosofia da história. Na história do pensamento marxista, essas duas dimensões apresentam-se tão entrelaçadas que se torna impossível falar delas separadamente.

Desde o seu nascimento, o objetivo do materialismo histórico, como de outras concepções científicas da história, é não se prender à análise factual da história da sociedade — a superfície “acontecimental” ou episódica — mas penetrar na causalidade profunda dos fenômenos, quer dizer, nas causas explicativas das transformações sociais.

Assim, ao observar e estudar a história, Karl Marx (2013) buscou demonstrar a partir do seu método de ciência, o materialismo histórico, que não se pode compreender nada fora da história. Para compreendermos o ser social, precisamos entender a sua gênese e o seu desenvolvimento, assim, a dialética nos permite apreender a realidade a partir de suas contradições e antagonismos e não de forma linear, formal.

Em A Ideologia Alemã, Marx e Engels explicitam que:

No que diz respeito aos alemães, isentos de qualquer premissa, devemos começar constatando que a primeira premissa de toda a existência humana, e, portanto também de toda a história, é a premissa de que os homens, para ‘fazer história’, se achem em condições de poder viver. Para viver, todavia, fazem falta antes de tudo comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a geração dos meios a satisfação dessas necessidades, a produção da vida material em si, isso é, sem dúvida um ato histórico, uma condição fundamental de toda história, que tanto hoje como há milênios, tem de ser cumprida todos os dias e todas as horas, simplesmente para assegurar a vida dos homens (MARX; ENGELS, 2007, p. 50).

Ainda segundo Marx e Engels (2004), ao produzirem os seus meios de subsistência os indivíduos estabelecem determinadas relações sociais, independentes de suas vontades. Assim, os homens são dependentes das condições materiais da sua produção. Apreendemos também, que é a partir das relações de produção que conseguimos perceber em poder de quem estão os meios de produção e se esses meios estão disponíveis para a sociedade ou apenas para indivíduos particulares.

Pode-se perceber a partir das explicitações acima que, para Marx todas as suas considerações históricas são levadas a efeito em função da inteligibilidade da fase do capitalismo que lhe foi dado viver. Dessa forma, segundo Lukács, citado por Lessa (2002, p.

27), “[...] o trabalho é a categoria fundante dos homens. É no e pelo trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas”, ou seja, é a partir do trabalho que o homem sai da sua animalidade e se transforma em ser social.

Lessa (2002,p.38) explicita que [...]“ser fundante não significa ser cronologicamente anterior, mas sim portador das determinações essenciais do ser social, das determinações ontológicas que consubstanciam o salto da humanidade para fora da natureza”.

O trabalho é uma mediação entre o homem e a natureza, mas para que o mesmo se desenvolva também são necessárias outras mediações, tais como: a linguagem, a sociabilidade, arte, ciência, política, direito, educação, etc. Cada uma dessas tem uma função própria na reprodução do ser social (TONET, 2005, p.139).

No entanto, cabe ressaltar que não significa que essas mediações sejam uma emanção direta do trabalho, nem que sejam inferiores ou superiores ao mesmo, uma vez que, sua configuração resulta não apenas de sua relação com o trabalho, mas também com todas as demais dimensões.

O eixo estruturador do pensamento de Marx é o homem em seu processo de autoconstrução, buscando compreender o processo de tornar-se homem do homem desde o seu nascimento até o momento em que este se encontra atualmente, ou seja, até a sociabilidade capitalista (TONET & NASCIMENTO, 2009, p.19).

Segundo Frias (2004), Marx e Engels nunca escreverem um texto, livro ou artigo dedicado exclusivamente ao tema do ensino e da educação. No entanto, ao discorrerem sobre a divisão do trabalho e seus efeitos no processo de implantação do modo de produção capitalista, estes observaram que as transformações ocorridas no modo de produção passaram a exigir a qualificação da força de trabalho, a qual trouxe consigo a aparição e consolidação do sistema escolar institucionalizado.

Em sua obra *O Capital*, Marx (2013) busca desvendar o capital numa lógica histórica específica- o capitalismo- por meio da crítica à economia política, assim, estuda a sociedade capitalista das grandes indústrias, isto é, um determinado nível do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção capitalista, num dado período da sociedade capitalista. Nesse período, ela se caracterizava por certo grau de avanço tecnológico das forças produtivas dos trabalhadores, máquinas, ferramentas e matérias-primas), em que a produção das riquezas materiais se dava pela interação da força física dos operários com o trabalho mecânico das máquinas.

Os resultados negativos do aumento das forças produtivas nas esferas da grande indústria são explicitados por Marx:

[...] o extraordinário aumento da força produtiva nas esferas da grande indústria, acompanhado como é de uma exploração intensiva e extensivamente ampliada da força de trabalho em todas as outras esferas da produção, permite empregar de modo improdutivo uma parte cada vez maior da classe trabalhadora e, desse modo, reproduzir massivamente os antigos escravos domésticos, agora rebatizados de “classe serviçal”, como criados, damas de companhia, lacaios, etc ( MARX, 2013, p. 518).

O aumento das forças produtivas nas esferas da grande indústria também ocasionou o prolongamento desmedido da jornada de trabalho, a qual segundo Marx( 2013 p. 489) “ [...] provocou uma intensificação do trabalho pernicioso à saúde dos trabalhadores e, portanto, à própria força de trabalho”. Bem como ocasionou o aumento da taxa de mortalidade infantil e a deterioração física das crianças, adolescentes e das trabalhadoras adultas.

A partir do momento em que a força muscular deixa de ser prescindível, a maquinaria passa a utilizar-se de trabalhadores com pouca força muscular, no entanto, que possuíam membros de maior flexibilidade. Sendo assim, o trabalho feminino e infantil passa a ser utilizado em larga escala pelos capitalistas da maquinaria. Ao ingressar no mercado de trabalho, as crianças viram se despojadas de seu direito a recreação infantil e as mulheres do seu trabalho livre no âmbito doméstico (MARX, 2013, p.451).

Com isso, a procura por trabalho infantil tornou-se frequente, bem como assumiu em sua forma, à demanda por escravos negros, uma vez que, segundo Marx (2013), jornais americanos frequentemente anunciavam em suas edições a busca por crianças para trabalharem nas fábricas inglesas. Já em relação a alta taxa de mortalidade infantil, estas eram ocasionadas preferencialmente à ocupação extradomiciliar das mães, incitando descuidos e maus-tratos infligidos à criança, os quais incluíam, entre outras coisas, uma alimentação inadequada ou a falta dela, a administração de medicamentos, além do estranhamento da mãe em relação aos filhos, que resulta em sua esfomeação e envenenamento intencionais (MARX, 2013, p. 471).

Ainda para Marx:

a devastação intelectual, artificialmente produzida pela transformação de seres humanos imaturos em meras máquinas de fabricação de mais-valor- devastação que não se deve confundir com aquela ignorância natural-espontânea que deixa o espírito inculto em estragar a sua capacidade de desenvolvimento, sua própria fecundidade natural- acabou por obrigar até mesmo o Parlamento inglês a fazer do ensino elementar a condição legal para o uso “produtivo” de crianças menores de 14 anos em todas as indústrias sujeitas à lei fabril ( MARX, 2013, p. 473).

No entanto, para Marx (2013), as leis fabris criadas pelo Parlamento inglês não passavam de falácias, pois frequentemente eram burladas pelos capitalistas, como exemplo disso, o referido autor cita o fato de que os certificados de frequência escolar eram assinados apenas com uma cruz pelo professor, demonstrando assim, que nem este sabia escrever.

Segundo Marx, em 1844, durante a elaboração da lei fabril, os inspetores ingleses de fábrica denunciaram a situação vergonhosa dos locais chamados de escola e cujos certificados eles tinham de aceitar como plenamente válidos do ponto de vista legal. Tudo o que conseguiram foi que a partir desta data, os números no certificado escolar tinham que ser preenchidos pelo próprio professor, sendo assinados com seu nome e sobrenome.

Evidentemente, a lei fabril de 1844, não foi suficiente para resguardar os direitos das crianças, uma vez que, a situação dessas continuou sendo negligenciadas pelos capitalistas.

### **Limites e possibilidades da Educação na atualidade**

Atualmente, vivemos um momento histórico marcado pela crise estrutural da forma de sociabilidade regida pelo capital, ou seja, vivemos sob o domínio do capital sobre todas as relações sociais em escala jamais vivida pela humanidade, coisificando os próprios homens.

Se no século XIX, na grande indústria capitalista bastava um mínimo de qualificação geral, ponderado ao currículo da escola primária, possibilitando ao trabalhador condições de conviver e operar as máquinas, hoje, segundo Mészáros (2005) em *A Educação para além do capital* o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem metabólica radicalmente diferente [...], portanto, não é surpreendente que na concepção marxista a efetiva transcendência da auto- alienação do trabalho seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu no seu todo, ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” ( indivíduos devidamente

educados e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (MÉSZÁROS, 2005, p. 35).

Dessa forma, Mészáros (2005) explicita que para Marx, só poderemos desenvolver as múltiplas potencialidades dos indivíduos se defendermos outra sociedade: uma sociedade comunista, livre de toda forma de alienação, exploração e dominação do homem pelo homem.

Contudo, a atual forma de sociabilidade regida pelo capital impossibilita a universalização real dos indivíduos e da humanidade devido

[...] as relações sociais fundadas na propriedade privada, pois nessa a divisão do trabalho é intensificado, o acesso à educação é cada vez mais dificultado, os conteúdos são cada vez mais fragmentados e alienados, o processo educativo é sempre mais submetido às regras do mercado (TONET, 2005, p. 134).

Segundo Tonet (2005), a educação ocupou um lugar todo especial, somente com o advento do capitalismo, passando a integrar cada vez mais o processo de produção. A partir desse momento, as classes trabalhadoras não poderiam receber apenas uma educação prática no e pelo trabalho, pois este devido a sua complexidade, passou a exigir conhecimentos e habilidades que tinham que ser desenvolvidos e adquiridos fora de seu âmbito específico.

Além disso, a transformação de todos os indivíduos em cidadãos e a participação numa sociedade democrática exigem, por parte de todos, a apreensão de um conjunto de elementos- idéias, conhecimentos, valores, comportamentos, habilidades, etc- adequados para o exercício dessas novas determinações.

Assim, instalou-se uma contradição entre a aspiração de auto-realização cada vez maior de todos os indivíduos e as reais possibilidades impostas pelas relações de propriedade privada, desde que a sociedade se dividiu em classes antagônicas.

Com a entrada em cena da propriedade privada, a educação, como também todas as outras dimensões sociais, sofreu uma profunda modificação. Foi organizada, em seu acesso, seus conteúdos e suas formas, de modo a estar subordinada aos interesses das classes dominantes. Isto não diminuiu a importância que a educação teve e tem para a elevação do nível de vida da humanidade, visto que não existe uma relação direta e mecânica entre os interesses das classes sociais e as diversas outras dimensões sociais. No entanto, evidencia a natureza específica e os limites desta forma de atividade em cada momento histórico (TONET, 2014, p.13).

Ainda para Tonet (2014), a natureza essencial da atividade educativa consiste em oportunizar ao indivíduo a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores,

comportamentos, etc que se constituem em patrimônio acumulado e exaltado ao longo da história da humanidade.

No entanto, cabe ressaltar ainda que na atual forma capitalista de sociabilidade, uma proposta de educação emancipadora só poderá ser explicitada em seus elementos gerais, mas nunca poderá ser levada à prática como um conjunto sistematizado. Isso se deve a contradição existente entre as classes, enquanto às classes subalternas interessa a ampla apropriação da riqueza produzida pela humanidade, os capitalistas se preocupam em limitar o acesso desse patrimônio às classes subalternas, com o objetivo último de não contribuir para a realização plena de todos os indivíduos, atendendo assim, a lógica interna do capital.

### **Requisitos para uma atividade educativa emancipadora**

Para Tonet (2005), no atual momento histórico, o fim último da educação deveria ser a emancipação humana, pois esta representa uma possibilidade real, bem como uma necessidade imprescindível para a humanidade.

O ato originário da emancipação humana tem que ser, necessariamente, o trabalho associado. Este inicialmente pode ser explicitado como uma forma de relações que os homens estabelecem entre si na produção econômica, na qual as forças individuais são colocadas em comum e permanecem sempre sob o controle coletivo.

A emancipação humana é uma forma de sociabilidade, situada para além do capital, na qual os homens serão plenamente livres, isto é, na qual eles controlarão, de maneira livre, consciente, coletiva e universal o processo de produção da riqueza material (o processo de trabalho sob a forma de trabalho associado) e, a partir disso, o conjunto da vida social (TONET, 2014, p.11).

A emancipação humana, implica, necessariamente, a superação radical de todas as determinações de existência- econômicas, políticas, ideológicas e sociais- que concretizam o modo de produção capitalista.

Dessa forma, Tonet (2014) ao discorrer sobre os limites da educação, afirma que hoje, não seria viável pretender organizar a educação escolar no sentido de conferir-lhe um caráter emancipador, mas que, no entanto, seria possível realizar no interior dela atividades educativas de caráter emancipador que contribuam para que a classe trabalhadora e integrantes de outras classes tenham acesso ao que existe de mais elevado no patrimônio acumulado pela humanidade.

Com o intuito de apreender como o objetivo futuro- a emancipação humana- pode iluminar a atividade educativa atual, Tonet (2014, p. 18) esclarece que “[...] atividades educativas são todas aquelas que contribuem para que as pessoas tenham acesso a tudo há de mais elevado no patrimônio cognitivo, artístico e tecnológico de que a humanidade dispõe hoje”.

Dessa forma, o autor esclarece que, em primeiro lugar, as atividades educativas contribuem para que as pessoas compreendam o processo histórico, desde as suas origens e os seus fundamentos até os dias atuais, de modo a que entendam que a realidade social é drasticamente histórica e social, resulta apenas da atividade humana e não de potências divinas ou naturais (Ibdem, 2014, p.18).

Em segundo lugar, expõe que atividades educativas de caráter emancipador permitem a apreensão da origem e natureza da sociabilidade capitalista, da lógica da reprodução do capital, das contradições e das classes sociais típicas da sociedade burguesa, da alienação que a caracteriza da natureza e das consequências da atual crise do capital e da possibilidade e de necessidade da total superação dessa forma de sociabilidade.

E em terceiro lugar, são as atividades educativas que possibilitam compreender os fundamentos, a natureza e a possibilidade real de construção de uma sociedade comunista, pois é imprescindível a correta compreensão do ideário comunista, uma fundamentação sólida acerca da construção dessa sociedade, evitando assim, deformações e deturpações a seu respeito.

Sendo assim, Tonet (2014), apresenta e explicita cinco importantes requisitos para uma atividade educativa emancipadora, os quais serão abaixo explicitados:

O primeiro destes requisitos se refere ao próprio fim maior da educação, o que implica o domínio sólido e profundo de termos como liberdade, socialismo e emancipação humana; que possibilite ao educador fazer escolhas fundadas em valores histórica e socialmente fundados, em que esses, tendo a sua base no processo real apontem para uma forma superior de sociabilidade.

Um segundo requisito é a apropriação do conhecimento acerca do processo histórico real, em suas dimensões universais e particulares. Dessa forma, afirma que se faz necessário uma compreensão, a mais ampla e profunda possível, da situação do mundo atual; da lógica que preside fundamentalmente a sociabilidade regida pelo capital; das características essenciais da crise por que passa esta forma de sociabilidade; das consequências que daí decorre para o processo de autoconstrução humana; da forma como esta crise se manifesta nos



diversos campos da atividade humana: na economia, na política, na ideologia, na cultura, na educação, e também de forma como esta crise se apresenta na realidade nacional e local.

Dessa forma, precisamos construir um novo saber, o qual contemple uma base ontológica, o processo de produção material, visto que este é a matriz ontológica do ser social.

O terceiro requisito refere-se ao conhecimento da natureza essencial do campo específico da educação, o qual permitirá o cumprimento da função específica da educação na construção desta nova forma de sociabilidade.

O autor ressalta que não é qualquer conceito de educação que é consistente com o objetivo da emancipação humana, mas sim apenas um conceito ontologicamente fundado pode se coerentemente articulado com esse objetivo maior: a emancipação humana.

Um quarto requisito refere-se ao domínio dos conteúdos específicos, próprios de cada área do saber, tanto das ciências da natureza, das ciências sociais como da filosofia. Tonet (2014, p. 150) afirma que “[...] de nada adianta, para as classes populares, que o educador tenha uma posição política favorável a elas se tiver um saber medíocre”.

Sendo assim, é essencial que o professor se comprometa com a aprendizagem do educando, pois o que faz de um educador um educador emancipador não é o seu compromisso político, mas sim, o seu domínio do saber e da disseminação do conteúdo específico, de uma forma que sempre estejam associadas com a prática social.

Já o quinto requisito de uma prática educativa emancipadora está na articulação da atividade educativa com as lutas desenvolvidas pelas classes subalternas, principalmente com as lutas daqueles que ocupam posições decisivas na estrutura produtiva.

Para Tonet (2014), essa articulação é fundamental porque o avanço no cumprimento da tarefa mais essencial da educação que é a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, etc que se constituem o patrimônio comum da humanidade não depende exclusivamente da atividade educativa, mas do progresso na luta, realizada pelo conjunto das classes subalternas, para contrapor-se à hegemonia do capital.

Sendo assim, o referido autor ressalta que grande parte das condições para a realização da atividade educativa são externas ao campo da própria educação e só podem ser atingidas por uma luta mais ampla, portanto, do ponto de vista ontológico, o papel fundamental na transformação da sociedade cabe ao trabalho e não à educação.

Os espaços para a realização dessas atividades devem ser bastante diversificados, pois a criatividade e a iniciativa são elementos fundamentais, podendo acontecer tanto na sala de aula, como em eventos dentro e fora do âmbito escolar, no laboratório, na pesquisa e

publicação, em atividades de extensão, cursos e palestras, grupos de estudo e pesquisa, entre outros.

Portanto, para que se possa contribuir na realização de atividades educativas, o educador deve ter um amplo conhecimento de mundo, bem como uma compreensão crítica de todos os fenômenos sociais, pois para Tonet (2014, p. 22) “o estudo das obras dos clássicos do marxismo, especialmente, de Marx, é, certamente, uma condição imprescindível para adquirir esse tipo de conhecimento”.

### **Considerações Finais**

Observamos que, apesar de Marx e Engels(2004) nunca terem escrito um texto, livro ou artigo dedicado exclusivamente ao tema do ensino e da educação, suas análises sobre a divisão do trabalho e seus efeitos no processo de implantação do modo de produção capitalista, nos permite observar as mudanças trazidas por este. Ao mesmo tempo em que houve um certo grau de avanço tecnológico das forças produtivas dos trabalhadores, máquinas, ferramentas e matérias-primas nesse período, estes não contribuíram no desenvolvimento da capacidade criadora do homem, uma vez que, com a industrialização-cerceada pelo trabalho mecânico e repetitivo- o homem deixou de se reconhecer no processo de trabalho, bem como teve o seu desenvolvimento humano refreado, o que dificultou a construção do homem como um ser autenticamente humano, detentor da riqueza produzida pelo conjunto da humanidade.

Vimos que apesar da atual forma de sociabilidade regida pelo capital impossibilitar a universalização real dos indivíduos e da humanidade devido às relações sociais fundadas na propriedade privada, a educação pode contribuir para a autoconstrução positiva do homem.

Como afirma Tonet (2005), a transformação de todos os indivíduos em cidadãos e a participação numa sociedade democrática exigem, por parte de todos, a apreensão de um conjunto de elementos- idéias, conhecimentos, valores, comportamentos, habilidades, etc-adequados para o exercício destas novas determinações.

Sendo assim, a educação escolar ao realizar atividades educativas de caráter emancipador, contribuirá para que a classe trabalhadora e integrantes de outras classes tenha acesso ao que existe de mais elevado no patrimônio acumulado pela humanidade.

Portanto, na forma capitalista de sociabilidade, percebe-se que a educação escolar não transformará a sociedade, no entanto, formará os indivíduos, os quais deverão se organizar para transformar a sociedade, tornando-a verdadeiramente emancipada, justa e democrática.

## **REFERÊNCIAS:**

ABBAGNANO, N. **História da Filosofia**. V. 8. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes: 2000.

GOODY, J. Jack Goody. In: PALLARES-BURKE, M. L. G. **As muitas faces da história: Nove entrevistas**. São Paulo, ed. UNESP, 2000, p. 29-55.

LE GOFF, **História: novos problemas**. 4ª ed. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1995.

MARX, K. Desenvolvimento da Maquinaria. In: MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013. L.1. p.427-477.

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre Educação e Ensino**. 4.ed. São Paulo: Centauro, 2004.  
\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **A Educação Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

TONET, I.; NASCIMENTO, A. **Descaminhos da esquerda**. Da centralidade do trabalho à centralidade da política. São Paulo: Editora Alfa–Omega, 2009.

\_\_\_\_\_. Educação e emancipação humana. In: TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí:Unijuí, 2005. p. 127-155.

\_\_\_\_\_. Atividades educativas emancipadoras. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.9, n.1, p. 9-23, jan./jun.2014. Disponível em:  
<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>Acesso em 15 fev. 2016.